

CARREIRAS
POLICIAIS

EU MILITAR

**ACORDO DE NÃO
PERSECUÇÃO PENAL**



**PROCESSUAL
PENAL**

CARREIRAS POLICIAIS



É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desse material sem prévia autorização.

Todos os direitos reservados a

EU MILITAR

Nova Iguaçu-RJ

suporte@eumilitar.com

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL



ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Conceito

Requisitos

Condições

Fases

CONCEITO

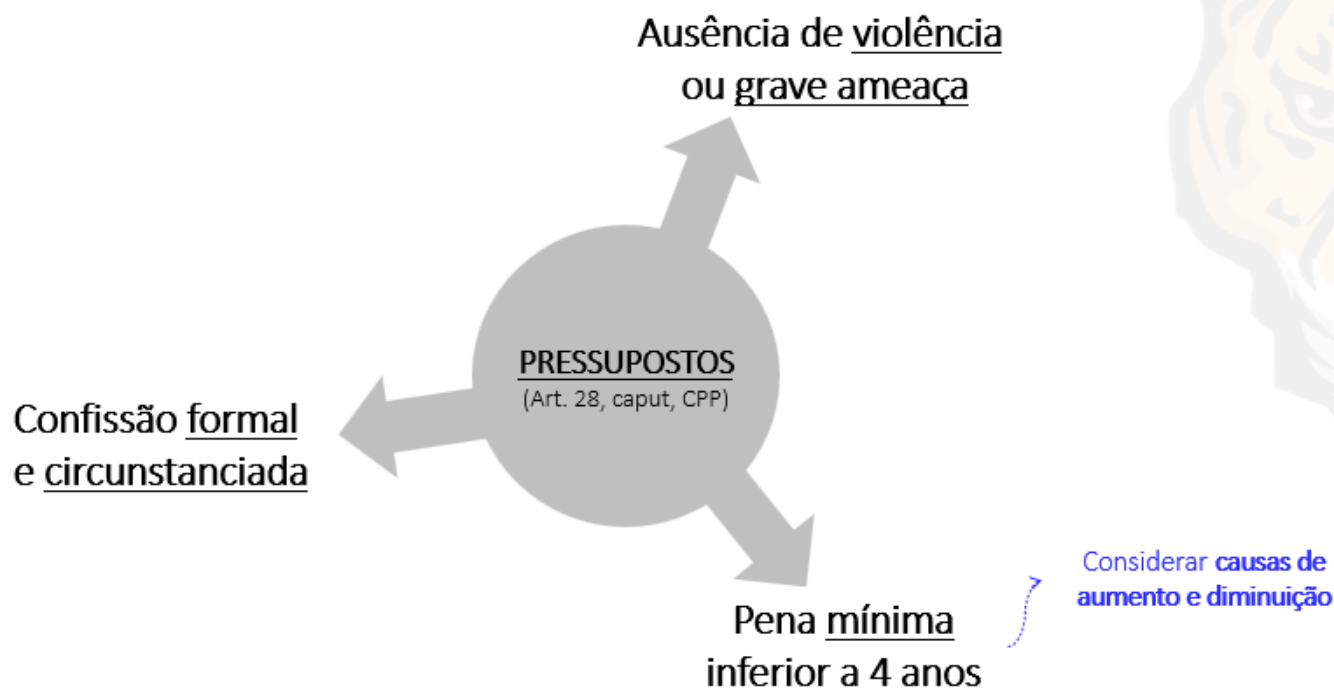
Tal instituto, mitigador do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, introduz, ao lado das *medidas despenalizadoras* previstas na Lei n. 9.099/95, mecanismo consensual de solução de determinadas lides penais, com a previsão de hipóteses em que o titular da ação e o investigado poderão entabular acordo de concessões recíprocas, por meio do qual o Ministério Público comprometer-se-á a não oferecer denúncia e o autor da infração, a cumprir o acordo.

(REIS, Alexandre Cebrian Araújo. GONÇALVES Victor Eduardo Rios. *Direito Processual Penal* - 11. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.)

Essa MEDIDA CONSENSUAL já vinha ocorrendo desde **2017**, com fundamento na **Resolução 181/17** do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado **confessado formal e circunstancialmente** a prática de infração penal **sem violência ou grave ameaça** e com **pena mínima inferior a 4 (quatro) anos**, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas *cumulativa e alternativamente*:

[...]



CONDIÇÕES

Presentes os pressupostos, será cabível o acordo, podendo ser ajustadas as seguintes **CONDIÇÕES** (cumulativamente ou alternativamente, de acordo com as circunstâncias do caso (Art. 28-A, I a V, CPP)

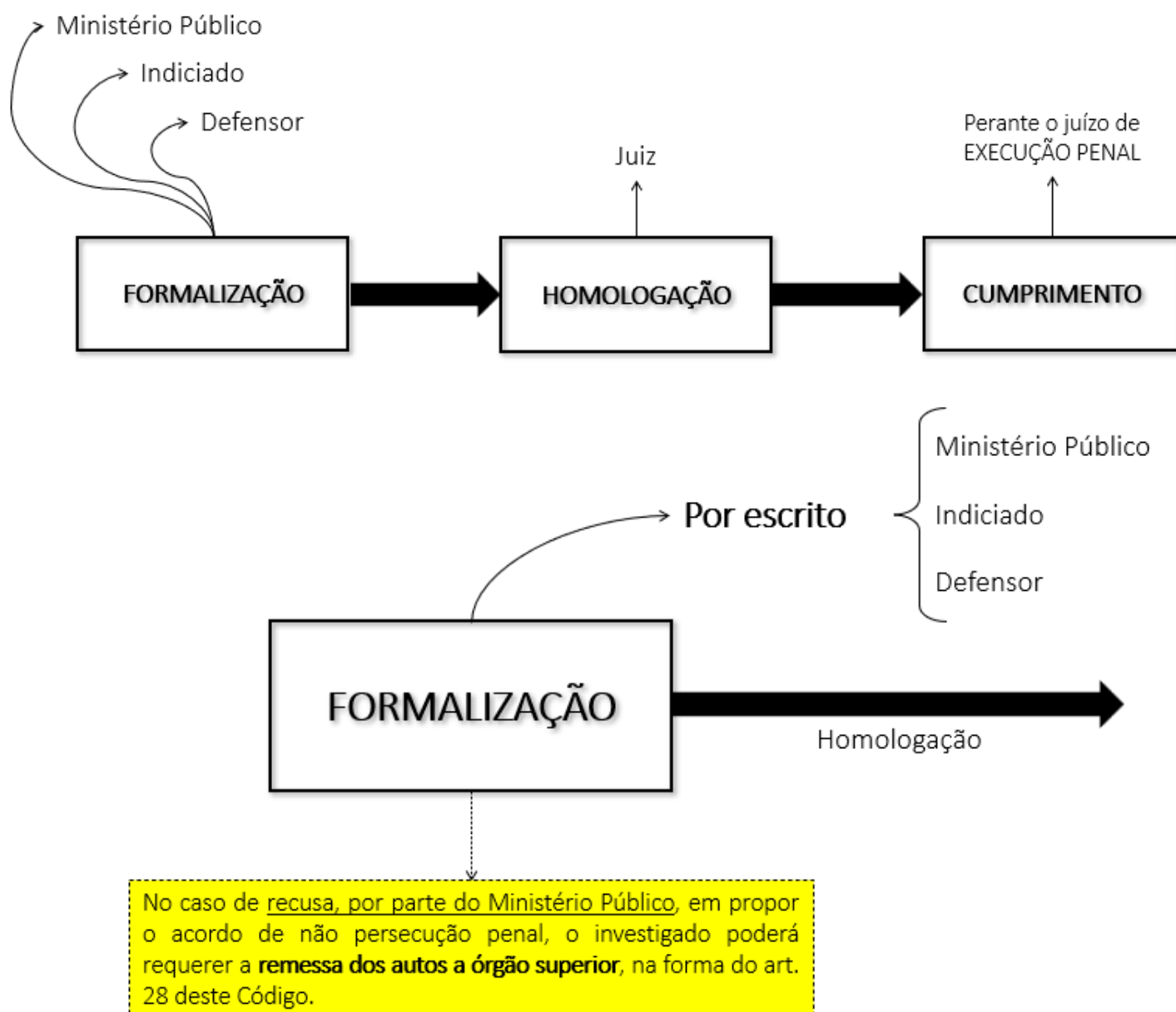
1. **Reparação do dano** à vítima (salvo impossibilidade de fazê-lo);
2. **Renúncia voluntária a bens e direitos** que sejam instrumentos, produtos ou proveitos do crime;
3. **Prestar serviços à comunidade** ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços;
4. **Pagar prestação pecuniária**, a ser estipulada nos termos do CP, a entidade pública ou de interesse social;
5. Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

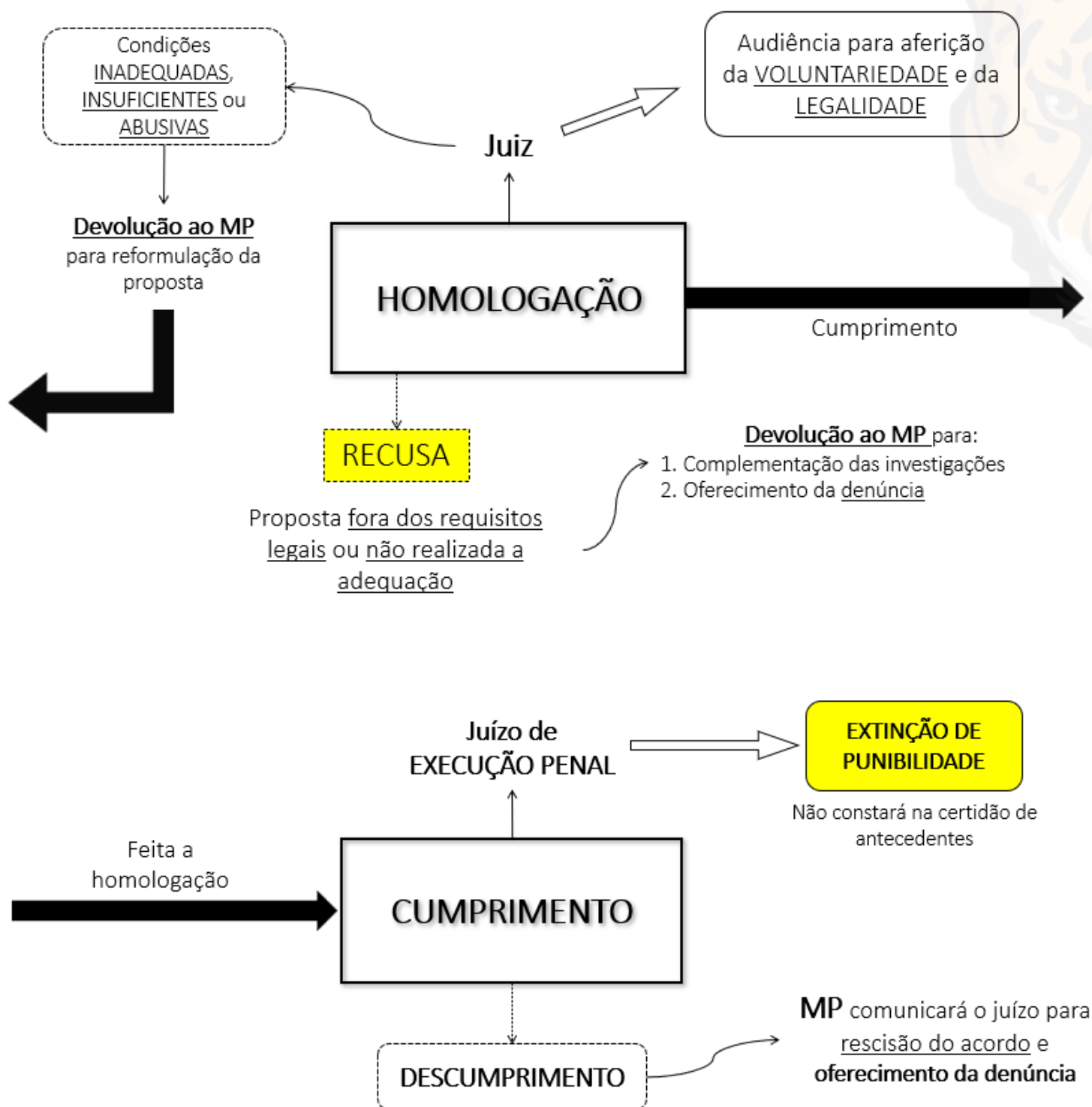
Situações que **IMPOSSIBILITAM** a proposição do acordo (art. 28-A, § 2º, CPP):

1. Cabível **transação penal**;
2. **Reincidência**;
3. Conduta criminosa **habitual, reiterada** ou **profissional** (salvo se insignificante);
4. Ter sido beneficiado 5 anos antes em **acordo de não persecução, transação penal ou suspensão condicional do processo**;
5. **Violência doméstica ou familiar ou contra mulher em razão do sexo feminino**.

FASES

FASES DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO







Todos os direitos reservados a
EU MILITAR
Nova Iguaçu-RJ | suporte@eumilitar.com



Clique nos ícones abaixo para
acessar as nossas redes.

